

DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO: O AUXÍLIO PRÉ-ESCOLAR DA UFPEL SOB A PERSPECTIVA DE GÊNERO

Danielly Jardim Milano¹; Patrícia Rodrigues Chaves da Cunha²

¹Universidade Federal de Pelotas – daniellymilano@gmail.com

²IFISP/UFPEL – patchavescunha@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

A América Latina vem promovendo, desde o final da década de 1990, um processo de democratização do Ensino Superior. O que implicou na mudança do perfil tradicional dos ingressantes nas universidades, para abraçar um conjunto de minorias como mulheres, pretos(as), pardos(as) e indígenas, pessoas com deficiências (PcD's) e oriundos de camadas mais vulnerabilizadas economicamente (FONAPRACE, 2018). A modificação dessa realidade exigiu mudanças nas políticas públicas e institucionais, sobretudo nas universidades federais.

A luta das mulheres por autonomia está permitindo a ampliação da sua presença no Ensino Superior, contudo, ainda há um longo caminho para a conquista efetiva da igualdade de condições, e oportunidades, tanto no mercado de trabalho quanto nas universidades (CUNHA; MACÊDO; MILANO; PEREIRA, 2021). A persistência destas barreiras para a feminização do ensino superior (ibidem) demonstra a importância de trabalhos voltados para as políticas públicas de assistência aos estudantes. Dessa forma, o objetivo do presente estudo é apresentar uma análise do Programa de Auxílio Pré-Escolar (PAPE) da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), nesta perspectiva de democratização do Ensino Superior, tendo em vista os objetivos expostos no Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), e as finalidades do próprio programa, traçando um perfil das(os) estudantes que o acessam. Esta pesquisa faz parte dos trabalhos desenvolvidos pelo Grupo de Pesquisa em Democracia e Políticas Públicas (DPOP), da UFPEL, sob o projeto “Perfil de ingresso, pontos de bifurcação na trajetória e desfiliação no ingresso à universidade”.

Assim, ao se constituir como um direito dentro do espectro das políticas sociais e da assistência social, a Assistência Estudantil é vista como um conjunto de políticas realizadas pelo Estado, através de programas de democratização do ensino, que tem como objetivo principal minimizar os impactos sociais das desigualdades, e contribuir para o acesso e permanência dos estudantes nas instituições de ensino superior (IMPERATORI, 2017; LIMA; MENDES, 2020; PAULA, 2017). Já o PNAES, é definido como uma ação de promoção ao acesso e permanência dos estudantes de graduação das Universidades Federais, que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica, através de políticas de assistência estudantil, tais como as voltadas à moradia estudantil, alimentação, transporte, saúde, cultura, creche, apoio pedagógico, entre outros (BRASIL, 2010). O PAPE, por sua vez, é um programa de auxílio estudantil voltado para as demandas socioeconômicas de pais e mães em situação de vulnerabilidade, com filhos de 0 a 5 anos, regularmente matriculados em cursos de graduação da instituição de ensino, instituído na UFPEL e regulamentado pela Resolução nº 09/2015. Dentro do campo mais amplo de debate sobre assistência estudantil, Programas como o PAPE envolvem questões presentes na sociedade, que se relacionam com características culturais e relações de gênero, como a definição do papel da mulher na sociedade sob influência do patriarcalismo. Este último, entendido enquanto um sistema de organização social que favorece, e está

intimamente ligado, à dominação masculina na dinâmica social, não somente na esfera familiar (como é frequentemente utilizado na literatura) mas em todos os setores da sociedade (MORGANTE; NADER, 2014).

A caracterização de políticas que observam direitos das crianças como políticas públicas de gênero necessita de uma reflexão mais atenta, uma vez que as políticas de gênero são medidas tomadas pelo Estado, voltadas para a diminuição das desigualdades socioculturais entre homens e mulheres, tendo em vista seu impacto social (FARAH et al, 2018). O benefício que se volta para as crianças pode, e deve, pensar na necessidade de redefinição dos papéis de mães e pais e na responsabilidade das famílias em nossa sociedade, considerando as consequências sociais da divisão sexual do trabalho, sendo esta, uma forma de divisão do trabalho social que leva em conta as relações entre os gêneros construídas histórica e culturalmente, com a naturalização do cuidado como eminentemente feminino (HIRATA; KERGOAT, 2007; MACÊDO, 2019) . Não se nega que políticas desse tipo promovam inclusão e beneficiam, em grande parte, as mulheres-mães em sua trajetória universitária e, conseqüentemente, profissional, mas não deve-se naturalizar as circunstâncias histórico-sociais existentes que permeiam esta discussão. Diante desta perspectiva, a hipótese levantada é da persistência da responsabilização da mãe universitária sobre os filhos, e para verificá-la voltou-se o olhar para a análise do Programa Auxílio Pré-Escolar (PAPE) da UFPel, bem como do perfil dos(as) beneficiários(as).

2. METODOLOGIA

O presente estudo utilizou-se de uma metodologia qualitativa, através da técnica de Revisão Bibliográfica Sistemática (RBS) sobre o assunto da assistência estudantil a partir da implementação do PNAES em 2010, análise documental, e análise dos dados sobre o PAPE disponibilizados pela própria universidade, via requerimento e no portal institucional. A RBS, definida como um método de pesquisa que utiliza-se da literatura sobre um determinado assunto como fonte de dados, segue um sistema determinado de busca, análise e sistematização das informações selecionadas (SAMPAIO; MANCINI, 2007). Esta, ocorreu por meio de pesquisa na base de dados Scielo, através do descritor “Assistência Estudantil”, tendo como critério de inclusão/exclusão artigos completos que abordam o tema no Ensino Superior. Já os dados sobre o Programa de Auxílio Pré-Escolar (PAPE) foram, em sua maioria, disponibilizados pelo setor de Coordenação de Benefícios da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE/UFPel) em 2021, sob requerimento da coordenação do grupo de pesquisa DPOP, sendo que, a Resolução nº 09/2015 está disponível no portal institucional da universidade.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Programa de Auxílio Pré-Escolar da UFPel tem como objetivo garantir a permanência das(os) estudantes de graduação que estejam em situação de vulnerabilidade socioeconômica, com filhos de 0 à 5 anos, através do subsídio de parte das suas despesas com relação à educação e cuidados com seus dependentes legais. O programa tem seu edital disponibilizado pela PRAE no início de cada semestre letivo, não havendo limitação de vagas, oferece um auxílio no valor de 30% do salário mínimo nacional vigente, tendo em vista que está condicionado aos recursos disponibilizados pelo PNAES.

O auxílio é destinado a somente um dos pais ou responsável legal, que esteja regularmente matriculado(a) em algum curso de graduação da universidade, e que possua um limite de renda per capita familiar de até 1,5 salários mínimos. Para a permanência no programa, é requerido aproveitamento mínimo de 70% de

aprovação nas disciplinas de cada período letivo, com a frequência mínima exigida por lei, sendo necessária a justificativa para a Coordenadoria de Integração Estudantil caso haja trancamento de disciplinas. No portal institucional da PRAE não há nenhuma seção destinada especificamente ao PAPE, apenas divulgação de editais e resolução, o que dificulta o acesso às informações sobre o programa, e pode ter consequências em sua abrangência.

O PAPE, em 2015, ano de sua regulamentação, abrangeu um número de aproximadamente 181 bolsistas, sendo 28 homens e 153 mulheres. Já em 2020, o programa atendeu 112 bolsistas, 19 homens e 93 mulheres. Percebe-se que houve uma diminuição no número de bolsistas do programa, o que diminuiu, também, o valor do orçamento destinado a este auxílio, segundo a Coordenação de Gestão de Programas da UFPel, portanto, se mostra necessária a análise do orçamento destinado ao programa com relação ao total investido pelo PNAES. Em 2015 o orçamento investido foi de R\$570.000, sendo o orçamento do PNAES neste ano de R\$11.896.555,00, o que equivale a 4,79% do orçamento total. No ano de 2020, por sua vez, o valor do programa foi de R\$372.000, com orçamento do PNAES de R\$13.678.284,00, equivalente a 2,72% do orçamento total. A PRAE tem atendido toda a demanda apresentada ao PAPE.

Através da análise dos dados descritos acima, é possível observar: a) Uma diminuição da abrangência do programa desde 2015, o que afeta diretamente o valor destinado ao programa pelo orçamento do PNAES; b) A diferença expressiva de beneficiários por gênero; c) Diminuição do valor destinado ao programa, tendo em vista a regressão do número de bolsistas. O foco principal deste estudo está nesta diferenciação substancial do número de homens e mulheres que acessaram, e acessam, o auxílio, tendo em vista as consequências sociais estabelecidas pela divisão sexual do trabalho, que designa para os homens a esfera produtiva e para as mulheres a reprodutiva.

Os dados sobre o PAPE demonstram a persistência da atribuição do cuidado com os filhos como eminentemente feminino, característico reflexo da divisão do trabalho social pautada na diferenciação sexual, fato que sustenta e continua a fortalecer as desigualdades entre homens e mulheres na vida social (HIRATA; KERGOAT, 2007; MACÊDO, 2019; BIROLI, 2015), e necessita de atenção especial quando observamos que políticas públicas voltadas ao atendimento das necessidades de pais e mães com seus dependentes tornam-se políticas acessadas, em sua maioria, por somente um dos gêneros em sua aplicação. Este fato não versa sobre responsabilização da instituição, que está amparando as mães e pais para a permanência na educação superior de forma democrática, mas sim como dado sobre a realidade social do país, onde as desigualdades de gênero são constatadas em múltiplos setores da sociedade. Ao ponto que as estratégias para a inclusão das mulheres nos diversos âmbitos sociais aumentam e se diversificam com o passar do tempo, e das lutas, as velhas desigualdades ainda se fazem presentes e persistentes, como se constata ao voltarmos o olhar para esse tipo de política.

4. CONCLUSÕES

O presente estudo teve como principal objetivo a análise do Programa de Auxílio Pré-Escolar da UFPel sob a perspectiva de gênero, através do mapeamento do perfil de gênero das(os) estudantes beneficiárias(os) do programa. Teve como hipótese inicial, o que foi confirmado através dos dados, o maior acesso do benefício por parte das estudantes-mães. O resultado se mostrou em consonância com a literatura sobre divisão sexual do trabalho, e demonstra a persistência das

desigualdades de gênero quanto ao cuidado com as crianças. Ao voltar o olhar para este tipo de política, constata-se como as desigualdades de gênero afetam não só as esferas mais abrangentes da sociedade, mas também as políticas públicas de democratização do ensino que são voltadas para o atendimento aos responsáveis legais, independente do gênero. É possível observar a compreensão da instituição não como uma política de gênero, mas como direito do estudante com família. Destacando que apesar das (re)configurações atuais das relações sociais entre os gênero, é de suma importância o questionamento dos papéis sociais impostos às mulheres (BIROLI, 2015).

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- FONAPRACE/ANDIFES. **V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos Graduandos das Instituições Federais de Ensino Superior**. Brasília: FONAPRACE/ANDIFES, 2018.
- CUNHA, Patrícia Rodrigues Chaves da; MACÊDO, RAQUEL, PERES; MILANO, Daniely Jardim; PEREIRA, Kátia dos Santos. **Feminização e Feminilização no Ensino Superior: Um olhar voltado para a literatura**. p. 40-49. In: Epistemologia e metodologia da pesquisa interdisciplinar em ciências humanas. Org Ezequiel Martins Ferreira. Ponta Grossa (PR): Atena, 2021. Disponível em: <https://www.atenaeditora.com.br/post-artigo/44120>
- IMPERATORI, Thaís Kristosch. A trajetória da Assistência Estudantil na educação superior brasileira. São Paulo: **Serviço Social & Sociedade**, p. 285-303, 2017.
- LIMA, Wandilson Alisson Silva; MENDES, Vera Lúcia Peixoto Santos. Estudos sobre a avaliação do Programa Nacional de Assistência Estudantil à luz das múltiplas abordagens teórico-metodológicas. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, p. 199-218, 2020.
- PAULA, Maria de Fátima Costa de. Políticas de democratização da educação superior brasileira: limites e desafios para a próxima década. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, p. 301-315, 2017.
- BRASIL. Decreto nº 7.234/2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2010.
- MORGANTE, Mirela Marin; NADER, Maria Beatriz. O patriarcado nos estudos feministas: um debate teórico. **Anais do XVI Encontro Regional de História da ANPUH**, 2014.
- FARAH, Marta Ferreira Santos et al. Gênero e política pública: panorama da produção acadêmica no Brasil (1983-2015). **Cadernos Ebape**, p. 428-443, 2018.
- HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de pesquisa**, p. 595-609, 2007.
- MACÊDO, Renata. M. Resistência e resignação: Narrativas de gênero na escolha por enfermagem e pedagogia. **Cadernos de Pesquisa**. Vol. 49. Nº 172. São Paulo. 2019.
- SAMPAIO, Rosana Ferreira; MANCINI, Marisa Cotta. Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. **Brazilian Journal of Physical Therapy**, p. 83-89, 2007.
- BIROLI, Flávia. Responsabilidades, cuidado e democracia. **Revista Brasileira de Ciência Política**, p. 81-117, 2015.